

REFLETINDO SOBRE GÊNERO E ETNIA NO ENSINO DE HISTÓRIA

Vera Lucia Dal Santos da Cruz

veradalsantos@yahoo.com.br

Profª PDE 2007 – 2008

CE Antonio Dorigon- EFMP. Pitanga - PR

RESUMO

O presente artigo foi produzido com a intenção de fazer uma discussão em relação a gênero e etnia, tendo como referência os livros didáticos de história. Demonstra a necessidade de reformulação dos livros didáticos, no que se refere a conteúdos e imagens. Esses constituem importantes ferramentas em sala-de-aula e seu uso contribui para formação de ideologias. Assim sendo, devem focar conteúdos e imagens que dêem condições para que todos os grupos sociais sintam-se sujeitos da história. A pesquisa também aborda a análise de alguns livros didáticos, fazendo uma crítica aos conteúdos e imagens. Tais discussões advêm da Lei nº 10639/03 que estabelece obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. Dessa forma, este trabalho também discorre a necessidade de formação acadêmica dos profissionais de história para trabalhar essa temática.

PALAVRAS-CHAVE: Livro Didático. Gênero. Etnia.

ABSTRACT

The present article was produced with the intention to make a quarrel in relation the sort and etnia, having as reference the didactic books of history. It demonstrates the necessity of reformularization of didactic books, with respect to contents and images. These constitute important tools in room-of-lesson and its use contributes for formation of ideologies. Thus being, they must focus contents and images that give conditions so that all the social groups feel citizens of history. The research also approaches the analysis of some didactic books, making critical to the contents and images. Such quarrels happen of the Law nº 10639/03 that it

establishes obligatoriness of education on History and Culture Afro-Brazilian. Of this form, this work also discourses the necessity of academic formation of the history professionals to work this thematic one.

INTRODUÇÃO

“Uma história é capaz de iluminar nossa relação com os outros, de fortalecer nossa compaixão, de transformar o olhar com que contemplamos os nossos semelhantes, confirmando a crença de que estamos todos juntos na tarefa de viver”.

Ruth Stotter

Através deste artigo procura-se discutir a relação de gênero e etnia nos livros didáticos de história, tanto através da linguagem escrita quanto da linguagem visual. Pois, refletir o ensino na disciplina de História de forma dinâmica, dando significado à vida das massas, principalmente daquelas que foram excluídas do direito de ter um passado histórico nos livros didáticos, é democratizar o ensino. A democratização do conhecimento permite a todos o direito de conhecer e deixar-se conhecer. As contribuições históricas herdadas, indiferentes de classe social, raça, etnia, gênero, religiosidade, evidencia que todos têm um passado, e o presente em que se vive é reflexo do passado. Divulgar esse passado na visão de uma história vista de baixo, segundo Peter Burke (1992, p.62) “... ajuda a convencer aqueles de nós nascidos sem colheres de prata em nossas bocas, de que temos um passado, de que viemos de algum lugar”.

Para entender o porquê desse silenciamento e distanciamento do tema da história das mulheres nos livros didáticos, tem-se de conhecer o processo que a historiografia vivenciou a partir de 1960. Essa década, de significativas transformações decorrentes da explosão do movimento feminista, refletiu fortemente para o desenvolvimento do campo da História das Mulheres. A emergência dessa área temática como um novo espaço de pesquisa, deve-se ao desenvolvimento de correntes historiográficas, associado ao desenvolvimento da ciência, conforme Rachel Soihet enfatiza:

Nesse sentido ressaltam-se as contribuições da História Social e da História das Mentalidades, articuladas ao crescimento da antropologia, decisivas nesse processo, em que as mulheres são alçadas à condição de objetos e sujeitos da História. Fato relevante, se considerarmos a despreocupação da historiografia dominante herdeira do iluminismo, com a participação diferenciada dos dois sexos, já que o sujeito humano era universal. (SOIHET, Rachel, 2008).

A partir da década de 80, observa-se uma evolução do feminismo, possibilitando uma ampliação de pesquisa no campo da história das mulheres. Anteriormente, a categoria de gênero era usada para analisar as diferenças entre os sexos, passando a estender-se a várias categorias de mulheres. "... A fragmentação de uma idéia universal das "mulheres" por raça, etnia, classe e sexualidade estava associada a diferenças políticas sérias no interior do movimento das mulheres sobre questões que variavam desde a Palestina até à pornografia". (SCOTT, J., 1992, p.87e 88).

Entretanto, para se escrever a História das Mulheres, existe uma precariedade de fontes e com relação às mulheres negras, a dificuldade é ainda maior devido à falta de fontes escritas principalmente no período entre os séculos XVI e XVIII. Del Priore acentua essa dificuldade com relação à história das mulheres em geral, ressaltando:

A tarefa não é fácil por uma simples razão: apesar de estar presente desde o início do processo de colonização, de participar da luta contra as árduas condições de vida entre os séculos XVI e XVIII, da grande variedade de lugares que ocupavam em diferentes grupos sociais, raciais e religiosos, elas não eram muito visíveis. Sua quase invisibilidade as identificava "aos debaixo". Isso porque a maioria das mulheres era analfabeta, subordinada juridicamente aos homens e politicamente inexistente". (DEL PRIORE, 2000, p.9).

A produção histórica envolvendo gênero e raça emerge como um componente importante para superar as discriminações construídas ao longo de nossa história, elevando a auto-estima das mulheres negras, através de sua história e contribuição cultural na formação da identidade

do povo brasileiro. A superação do preconceito racial, a classificação de inferioridade em que se encontram essas mulheres nos dias atuais são reflexos do passado, possível de ser reconstruído através de mudanças curriculares na nossa educação, fator determinante para superar a xenofobia e a visão estereotipada, construída em relação às mulheres negras.

As mulheres negras são a síntese da dupla discriminação de sexo e cor na sociedade brasileira, pois em geral são mais pobres, encontrando-se em situações de trabalho precárias, com menores rendimentos e taxas elevadas de desemprego. Sua inserção no mercado de trabalho é nitidamente desvantajosa, principalmente quando comparada a outros grupos como os homens negros e os não-negros e as mulheres não-negras. (MAINARDI, Diva, 2008).

Frente ao contexto, discute-se o aspecto legal envolvido com a temática através da criação da Lei nº 10639/03 que estabelece, “nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficial e particular, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.” (Art.26-A). Desde então, os profissionais da educação vêm discutindo as possibilidades e necessidades de se trabalhar em sala de aula o tema apresentado nessa lei. Entretanto, constata-se a falta de materiais didáticos sobre essa temática, que possa ser utilizado em sala de aula, visando principalmente um ensino que possibilite a construção de uma sociedade sem exclusão social, racial ou sexista. Ainda com relação à questão, observa-se que passados seis anos após a aprovação da lei, os livros didáticos de história ainda não abordam de forma satisfatória o tema, “(...) ao silenciar sobre a presença do negro como um partícipe atuante em nossa sociedade, ou focalizá-lo como folclórico e exótico, o livro didático contribui para a sedimentação da exclusão social desse contingente significativo da população brasileira”. (OLIVEIRA, G.A, 2004, s.p). Nesse sentido, faz-se necessário uma revisão dos conteúdos pragmáticos dos livros didáticos, visto que esses constituem o material de apoio mais utilizado em sala de aula e de maior relevância no ensino de história.

Os livros didáticos, deixando de abordar o tema de forma saliente, refletem uma lacuna no ensino de história. Propõem-se, dessa forma, retomar alguns conteúdos, considerando-se que esse tipo de ensino prioriza uma história branca e masculina, admitindo transparecer uma visão estereotipada da escola brasileira que se mostra feita por e para brancos oriundos de classes dominantes. Sonia Giacomini, ao afirmar que: “*a nossa história é branca, masculina e de classes dominantes*” (1988 p.8), insinua que a nossa própria historiografia pouca produção apresenta nessa linha, tornando-se visível essa carência literária, assumindo uma postura ideológica comprometida e pouco referenciada.

Com relação à historiografia, tem-se observado avanços em relação à História das Mulheres Negras, apesar das enormes dificuldades encontradas pelos pesquisadores com relação às fontes. Entre essas produções, uma das obras analisadas foi: *Mulheres Negras do Brasil*, de Shuma Schumacher e Érico Vital Brasil. A obra representa um avanço nas pesquisas, rompendo com o silêncio da historiografia brasileira com relação à temática. Os autores, em suas pesquisas, redescobriram personagens femininos de origem africana que até então estavam no anonimato e que foram co-responsáveis pela construção de nosso passado, cultura e identidade. A obra é riquíssima em imagens desde gravuras, mapas históricos, ilustrações, pinturas, litografias, fotografias, cartões-postais, aquarelas e charges.

A visão estereotipada das mulheres negras nos livros didáticos

O uso do livro didático no processo de ensino-aprendizagem constitui-se num importante material pedagógico. BITTENCOURT salienta essa importância afirmando:

O livro didático tem sido, desde o século XIX, o principal instrumento de trabalho de professores e alunos, sendo utilizado nas mais variadas salas de aulas e condições pedagógicas, servindo como mediador entre a proposta oficial do poder expressa nos programas curriculares e o conhecimento escolar ensinado pelo professor. (BITTENCOURT, 2004, p.72).

Partindo desse princípio, comprovadamente, existe uma necessidade de se buscar a recuperação do passado das mulheres negras, procurando superar a invisibilidade histórica e a falta de informações sobre estas em currículos escolares, livros didáticos e narrativas oficiais. Essas mulheres, assim como os homens africanos que foram transportados para o Brasil, contribuíram na formação de nossa identidade, e, segundo SCHUMAHER & BRAZIL (2007,p.16) “Trouxeram consigo lembranças e referências familiares, étnicas, religiosas e culturais, que juntas fortaleceram e fundamentalmente influíram na vida de todos deste outro lado do Atlântico.” A diversidade e riqueza cultural dos africanos influenciou na religiosidade, nas festas, nas vestimentas e adornos, na culinária, na linguagem, na dança e sons, e contribuiu no jeito de ser dos brasileiros. Abolir o racismo no ensino de história, constitui-se num elemento de grande importância para se recuperar a dignidade histórica dos afro-descendentes e acabar com a exclusão sócio-cultural. A invisibilidade e silenciamento do passado histórico das mulheres negras no Brasil é facilmente percebido nos livros didáticos, contrariando as Diretrizes Curriculares, que desde a criação da lei 10.639/03, determinando a obrigatoriedade do tema no ensino básico. Segundo Edmilson Suassuna da Silva, a reformulação do currículo se constitui na base para construção de uma sociedade onde se respeite e valorize as diferenças culturais, étnicas e raciais:

É preciso a compreensão de que todo o processo de transformação do currículo a partir da lei 10.639/03 não é apenas uma tentativa de incluir a cultura e a história afro-brasileira numa sociedade que a muito tempo as exclui, mas sim estabelecer no processo educativo as heranças culturais e a diversidade étnica da cultura brasileira, possibilitando um diálogo e a participação de todos que compõem, sem distinções, promovendo os princípios da dignidade e do respeito mútuo e da justiça social. (SILVA, 2007,p.71).

A discriminação estampada nos livros didáticos de história demonstra que ainda existe uma desvalorização da história, da cultura, atrelada ao preconceito racial construído ao longo de nosso passado

histórico. Há falta de conteúdos que tratem da questão e as imagens, na maioria das vezes iconográficas, causam constrangimento e baixo-estima ao apresentarem a figura dos negros e negras na condição de escravos e escravas, geralmente sendo castigados. As imagens por si só falam, mas também contribuem para que nosso inconsciente imagético personifique os negros e negras na condição de subalternos.

Repensar a organização dos livros didáticos de história, seus conteúdos e imagens, constituem uma forma de contribuir para o fim do preconceito e discriminação racial no Brasil, mostrando aos alunos de modo geral que os negros e negras têm história e que eles tiveram um papel importante na formação de nossa identidade cultural. Cabe a todos os educadores, cada um na sua disciplina, personificar os afro-descendentes, de forma positiva e construtiva. Nilma Lima Gomes apresenta uma opinião definida sobre a questão:

Na minha opinião, trabalhar a cultura negra, na educação de modo geral e na escola de modo específico, é considerar a consciência cultural do povo negro, ou seja, é atentar para que o uso auto-reflexivo dessa cultura pelos sujeitos. Significa compreender como as crianças, adolescentes, jovens, adultos e velhos negros e negras constroem e reinventam suas condições culturais e matriz africana na vida cotidiana. (GOMES, 2003, p.79).

O tratamento do negro como vítima nos livros de História do Brasil reforça o preconceito racial, afirma o historiador Manolo Florentino, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) *“O padrão ainda é de redução, nos livros didáticos, do negro à vítima da história brasileira, vítima da sanha colonizadora, vítima da sanha do branco”*, afirmou Florentino em entrevista a BBC Brasil.

Nas origens da sociedade colonial, o nosso país ficou marcado pela questão do racismo e, especificamente, pela exclusão dos negros. Dessa maneira, é no passado onde podemos levantar as questões sobre como o brasileiro lida com a questão racial. A escravidão africana instituída em solo brasileiro, mesmo sendo justificada por preceitos de ordem religiosa, perpetuou uma idéia corrente de que as tarefas braçais e subalternas são

de responsabilidade dos negros. O branco, europeu e civilizado, tinha como papel, no ambiente colonial, liderar e conduzir as ações a serem desenvolvidas. Em outras palavras, ficou diluído no imaginário social brasileiro que uns (brancos) nasceram para o mando, e outros (negros), para a obediência.

Trabalhar em sala de aula conteúdos relacionados à questão racial, buscando sua origem histórica, focando as mulheres negras, é tratar de indivíduos atingidos tanto pelo racismo quanto pelo sexismo, uma questão dualista que na nossa memória cultural construiu preconceitos que perpetuaram-se na formação de uma sociedade excludente e hipócrita. Leila Gonzáles procura esclarecer as relações raciais no Brasil através das circunstâncias em que essas estão inscritas, afirmando: *“Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular”*. (GONZALES, 1983, p.224).

A obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira, a partir da aprovação da lei 10639/03, gerou entre os educadores algumas dúvidas e inquietações. Nota-se que os profissionais de história do ensino fundamental e médio não receberam preparo acadêmico na sua formação, pela falta de uma disciplina específica sobre a temática. Essa falta de formação acaba repercutindo no ensino-aprendizagem em sala-de-aula. Procurando levantar uma discussão sobre a temática em âmbito escolar, Flores argumenta: (...) *Parte-se do pressuposto de que os cursos de graduação em História teriam a obrigação de ofertar disciplinas, tópicos especiais e seminários referentes à História da África e do africanismo para que o espírito da lei se torne uma prática curricular*”. (FLORES, 2007, p.67).

O livro didático, distribuído gratuitamente pelo governo, tornou-se um recurso amplamente utilizado pelo professor de história da rede pública no ensino fundamental e médio. Sua utilização maciça, como já foi dito anteriormente, constitui-se na mais importante ferramenta do profissional de história em sala-de-aula. As diferentes formas de

linguagens nele expressas desempenham um papel significativo na formação ideológica e cultural dos educandos. O papel do livro didático, na vida escolar pode ser o instrumento de reprodução de ideologias e do saber oficial imposto por determinados setores do poder e pelo Estado. (BITTENCOURT, 2004, p.73).

Observa-se que, na maioria dos livros didáticos de história, os negros e negras são basicamente representados como escravos durante os séculos XVI ao XIX. Nesta visão, é relegado aos negros e negras a condição de objetos, mercadorias passivas diante da situação, desprovidos de seu papel social e cultural na construção de nosso passado. Para Mattos, "(...) *Ensinar história da África aos alunos brasileiros é a única maneira de romper com a estrutura – eurocêntrica que até hoje caracterizou a formação escolar brasileira*". (MATTOS, 2003, p.135).

O problema vai além do livro didático, pois nota-se que a pesquisa historiográfica ainda não conseguiu mudar a cultura acadêmica na qual a História da África e dos afro-descendentes aparecem apenas nos contextos da escravidão e da expansão do capitalismo a partir do século XV.

A precariedade de materiais e a visão de uma história eurocêntrica enraizada na nossa formação cultural dificultam a efetivação da proposta curricular e da legislação nos meios educacionais.

A aprovação da lei 10639/03 gerou entre os educadores algumas dúvidas e inquietações, pois não receberam preparo acadêmico para ensinar a História da África e dos afro-descendentes. E, como já foi dito anteriormente, os próprios livros didáticos ainda hoje não abordam de forma relevante a temática. A maioria deles continuam presos ao foco eurocêntrico dos conteúdos historiográficos, distantes da proposta pretendida Pelas Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná.

Na maioria dos livros didáticos, os negros e negras são apresentados através de linguagens escritas e visuais, como força de trabalho nos períodos colonial e imperial. A representação das mulheres e homens negros, através da iconografia, são apresentadas como ilustração de conteúdos, principalmente através de pinturas, litogravuras, desenhos

de artistas, como Carlos Julião, Johann Moritz Rugendas, Jean Batispte de Debret. O último veio para o Brasil, oito anos após a instalação da Coroa na América portuguesa. D.João VI, com a intenção em trazer cultura para o Brasil, convida grandes artistas franceses para retratar os momentos ilustres da monarquia. Eles faziam parte da Missão Artística Francesa. Debret, um desses artistas, em sua obra "Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil", retrata o cotidiano dos escravos e da sociedade e também os momentos exóticos da monarquia, instalada no Rio de Janeiro. Suas aquarelas pitorescas possuem o caráter típico das representações feitas por viajantes em busca de paisagens e de exotismo, mas sua arte oficial conserva o caráter solene do neoclassicismo próprio do grupo de artistas da França napoleônica. Suas obras apresentam traços do heroísmo, virtudes cívicas imortalizando a memória nacional. Debret foi um artista a serviço da ideologia e do poder. Grieco apresenta o caráter ideológico das obras de Debret que, além de retratar a vida da família real no Brasil retratou o cotidiano dos negros e negras:

Mas como pode o pintor do rei investigar o mundo da escravidão? Um conceito assim nada significaria na sociedade de Debret – seu mundo era a corte. (...)sua função social era ser pintor de história, o que tinha significado, no tempo napoleônico, pintar momentos de bravura ou ternura do imperador. Inicialmente debret passou a retratar D.João e sua família. (...) Debret também teria se dedicado, *toute proportion gardée*, ao "pacote" D. João: retratos a óleo, desenhos de rostos para cunhagem de medalhas e moedas. (...)parte do trabalho de Debret teria sido se ocupar da "propaganda de D.João" através de tentativas de moldar ou manipular a "opinião pública". (GRIECO, p.84-87, 2000).

A leitura das imagens permite ao professor trabalhar com o aluno, utilizando duas formas de apropriar-se do conhecimento, fazendo um diálogo entre a parte escrita e visual. Essa análise contribui para um entendimento do texto e uma construção de conceitos. Entretanto, o problema na leitura e interpretação das imagens disponíveis nos livros didáticos é que estas acabam favorecendo na construção de um imaginário negativo a respeito das mulheres negras. Portanto, é necessário viabilizar livros didáticos que desconstruam a visão

eurocêntrica, e que valorizem conteúdos da história do Brasil, América e África, dando destaque àqueles grupos que foram excluídos da História tradicional. Refletindo as imagens contidas nos livros didáticos Bittencourt, argumenta:

O livro didático é um importante veículo portador de um sistema de valores, de ideologia, de cultura. Várias pesquisas demonstram como textos e ilustrações de obras didáticas transmitem estereótipos e valores dos grupos dominantes, generalizando tema, como família, criança, etnia, de acordo com os preceitos da sociedade branca burguesa. (BITTENCOURT, 2004).

Examinando as imagens das mulheres negras contidas nos livros didáticos, para desconstruir um imaginário historicamente cristalizado, faz-se necessário à utilização de gravuras que valorizem as mulheres negras, contribuindo para a construção de uma cultura sem preconceito e discriminação. Sabemos que a discriminação construída ao longo de nossa história só será desmascarada a partir de uma reformulação, não apenas dos currículos escolares, mas também da reformulação dos livros didáticos e da formação acadêmica dos educadores. As classes discriminadas pela historiografia devem ter seu passado de glória ressuscitado, buscando igualdade perante a historiografia. Nelson Mandela, sul-africano, ao receber o Prêmio Nobel da Paz, em 1993:

“Mas ainda permanece a esperança de que também estes estejam abençoados com razão suficiente para entender que a história não será negada e que a sociedade não poderá ser criada pela repetição de um passado repugnante, ainda que refinado ou sedutoramente maquiado. (...). Que as aspirações de todos nós provem que Martim Luther King, estava certo quando disse que a humanidade já não poderia estar tragicamente ligada à noite sem estrelas do racismo e da guerra. (MANDELLA, 2003, p.191-192).

A reformulação dos livros didáticos em especial a História constitui-se numa possibilidade da construção de uma sociedade que se abstenha de preconceitos discriminatórios, possibilitando que as várias etnias, independente de origem, posição social, sexo ou religião, possam ter seu passado valorizado. Combater a discriminação é um ato de cidadania, e os

educadores e a escola como formadores de opinião, devem propiciar a desconstrução de qualquer forma preconceitos discriminatórios. No entanto, de acordo com Silva:

“O livro didático, de modo geral, omite o processo histórico-cultural, o cotidiano e as experiências dos segmentos subalternos da sociedade, como o índio, o negro, a mulher, entre outros. Em relação ao segmento negro, sua quase total ausência nos livros e a sua rara presença de forma estereotipada concorrem em grande parte para a fragmentação da sua identidade e auto estima”. (1995, p. 47).

Os livros didáticos, ao excluírem ou abordarem de forma insignificante a história das classes dominadas, constataam formas de discriminação não apenas dos negros, mas das outras etnias também. As mulheres negras sofrem preconceito discriminatório duplo, ou seja, de sexo e de cor. O aluno, em contato com esses livros que trazem uma visão estereotipada através das diversas linguagens, adquire uma visão preconceituosa. As imagens colocadas contribuem para consolidação de valores pejorativos e isso é inadmissível na educação, pois, segundo Freitas (1997 p.85) *“a ausência de temas do aluno carente, do conflito de classes, da discriminação racial, quanto à presença de estereótipos”*. Desse modo, observa-se a necessidade de se produzir livros didáticos modificados, que possam atender as necessidades educacionais em atendimento a lei 10639/03, e que possam contribuir para a construção de uma visão positiva dos vários grupos étnicos que sofrem qualquer forma de discriminação.

Se perguntarmos para nossos alunos o que sabem sobre a história dos negros e negras, certamente poucos poderão nos relatar, mesmo que professores disponibilizem matérias obtidas de outras fontes. Isso comprova as raízes desse preconceito cultural construído no imaginário do povo brasileiro. A mentalidade brasileira está atrelada a esse passado negativo que mostra apenas os negros e negras como escravos. Mulheres negras e mulatas continuam sendo vistas como objetos sexuais, símbolos de sensualidade. Sonia Regina dos Santos, afrodescendente, graduada em

Letras, no artigo:” *Uma mulher negra e seu percurso em busca de sua própria história: pensando a identidade*”, expressa experiências vividas:

Apesar de ser uma mulher afro-descendente, cujas memórias e práticas estão diretamente relacionadas a essas populações, até o ano de 2003, o único conhecimento que eu tinha sobre as histórias das populações negras no Brasil, estavam atreladas ao escravismo. Nas histórias “oficiais” que me foram contadas na escola e pelos livros didáticos, as populações originárias de África não pareciam ocupar o lugar dos protagonistas, mas sim dos co-adjuvantes, carregadas de memórias de sofrimento e de dor. As imagens dos homens e mulheres trazidos escravizados se repetiam ao lado de grilhões, exclusão, processos de invisibilidade. (SANTOS, s.d., s.p).

O exemplo de Sonia Regina, assim como de outros tantos brasileiros e brasileiras é comum. No entanto, os estudos sobre questões raciais vêm sendo discutidos nos meios acadêmicos constituindo dessa forma avanços nas pesquisas com relação à História e Cultura dos Afro-descendentes no Brasil.

As mulheres negras nos livros didáticos de História do Ensino Médio

Constatou-se, ao analisar o livro didático de História produzido pela Secretaria de Educação do Paraná, com a colaboração de vários professores da área, que não há conteúdos específicos ou qualquer outro tipo de informação que tratem sobre a participação das mulheres negras na História. No entanto, observou-se que em relação às mulheres brancas documentos historiográficos, iconográficos e fotográficos abordam de forma significativa a temática, envolvendo a participação das mulheres brancas em movimentos revolucionários, trabalho no sistema fabril e nas sociedades medievais, gregas e romanas.

Quanto às imagens, a maioria apresentam mulheres brancas. Na página 23, aparece em destaque no *Documento 5 - Linha de Montagem*, duas mulheres, uma apresenta características de origem

africana e sua função, como os demais personagens apresentados, é de mão-de-obra numa fábrica. Na página 78, Documento 5, a imagem é uma litogravura de Jean-Baptiste Debret, o tema da obra **“O Colar de Ferro”** (castigo dos fugitivos) de 1834, representa cinco personagens escravos negros vendedores, entre os quais uma é mulher negra; três deles, inclusive a escrava, usam o colar de ferro, identificando-os como escravos fugitivos. O conteúdo onde encontra-se esta imagem trata-se da: ***Transição do Trabalho Escravo para o Trabalho Livre: A mão-de-obra no Contexto de Consolidação do Capitalismo nas Sociedades Brasileiras e Estadunidense***, produzido pelas professoras Marli Francisco e Valéria Canha. As autoras utilizaram seis imagens para ilustrar a escravidão no Brasil, cinco delas são do pintor Jean Baptiste de Debret. Nessas imagens, os personagens apresentados são escravos negros, como barbeiros ambulantes, vendedores, serradores de tábuas e negros castigados. O autor, em suas obras, revela, *em várias passagens, um pensamento eurocêntrico. Mesmo assim, a maior parte da obra pictórica e textual desse artista francês continua a ser um dos mais importantes documentos sobre um período crucial da história do Brasil* (Campos, 2001, p 19-21). Nessa mesma unidade, **Documento 7**, trata-se de uma aquarela de Herculle Florence, **Engenho de Cana (1840)**. Na análise dessa unidade, observou-se que as mulheres negras foram excluídas parcialmente das imagens e totalmente da parte teórica. Assim sendo, as mulheres negras continuam a ter seu passado renegado nos livros didáticos de História, como afirma Munanga:

A identidade é para os indivíduos a fonte do sentido e experiência...É necessário que a escola resgate a identidade dos afro-brasileiros. negar qualquer etnia, além de esconder uma parte da história, leva os indivíduos à sua negação. (MUNANGA, apud SEED-Pr, 2006).

Conclui-se que essas imagens, apesar de valor como documentos de época, pela forma como são aplicadas e apresentadas nos livros, tornam-se ferramentas ideológicas de preconceito e discriminação.

Na unidade 6, **Urbanização e Industrialização**, página 112, o **Documento 4**, trata-se de uma fotografia do Pelourinho em Salvador.

Nessa imagem, aparece uma baiana descendente de africanos, caracterizada pelo seu vestuário branco rendado e turbante na cabeça, um dos símbolos da cultura baiana. A fotografia foi usada para ilustrar o sub-tema **“As cidades na história do Brasil”**. A imagem não foi explorada pela professora autora, articulando sobre a importância e significado dessa personagem para nossa história, mas utilizada simplesmente como ilustração. Na visão de Bittencourt, as imagens usadas nas ilustrações dos livros didáticos deveriam ser objetos de reflexão:

A reflexão sobre as diversas ilustrações dos livros didáticos impõe-se como uma questão importante no ensino das disciplinas escolares pelo papel que elas têm desempenhado no processo pedagógico, surgindo indagações constantes quando se aprofundam as análises educacionais. Como são realizadas as leituras de imagens nos livros didáticos? As imagens contemplam os textos dos livros ou servem apenas como ilustrações que visam tornar as páginas mais atrativas para os jovens leitores? (BITTENCOURT,2004,P.70).

Outro livro didático analisado foi, **História das Cavernas ao terceiro milênio** – Volume 2 - **Da conquista da América ao século XIX**, de autoria de: Myriam Becho Mota e Patrícia Ramos Braick. Nesse volume, nas imagens em que aparecem mulheres, também há mais destaque as mulheres brancas. A única imagem que destaca a mulher negra encontra-se na página 74. Trata-se de uma cena do filme **“Xica da Silva”** (1976), de Cacá Diegues. Tornou-se famosa a história da escrava, interpretada pela atriz Zezé Mota, que se casou com um contratador de diamantes no arraial do tijuco, atual Diamantina (MG). A imagem foi usada para ilustrar o capítulo 7 – **A mineração no Brasil colonial**.

As demais imagens onde aparecem mulheres negras são pinturas, litogravuras, gravuras, dos séculos XVIII e XIX. Ao analisá-las, observou-se que, diferentemente de muitos outros livros didáticos, destacam-se imagens que representam traços da cultura afro-descendente no Brasil. Na página 162, a litogravura dos desenhistas e naturalistas alemães Spix & Martius, representam costumes das populações afro-descendentes e africanas no Brasil do século XIX. O tema da referida litogravura trata-se

da ***Festa da Rainha***, em Minas (1823). A imagem faz parte da ilustração do Capítulo 15 – ***O processo da independência da América portuguesa***. Nesse mesmo capítulo, na página 163, destaca-se uma obra pictórica de Augustus Earle (1824), o tema ***“Vista do portão do conde Maurício em Pernambuco, com mercado de escravos”***. Essa obra, apesar de tratar de um tema comum aos artistas da época, mostra essa prática de forma crítica a questão, deixando transparecer um certo realismo e horror. Uma das personagens que aparece na obra trata-se de uma escrava vendedora ambulante, chamando atenção um bebê engatinhando na rua e, logo atrás, um homem branco montado em seu cavalo que segue em direção ao bebê de forma ameaçadora. O uso dessas imagens nos livros didáticos representa um pequeno avanço em relação à temática, já que as mesmas fogem das regras da maioria dos livros didáticos.

A abertura dos portos às nações estrangeiras, após a vinda família real, permitiu a entrada de comerciantes, diplomatas, militares, expedições científicas, viajantes e artistas. Segundo SHUMAHER & BRAZIL, houve um registro mais intenso da sociedade desse período de transição de colônia para Império:

Esses percursos, que resultaram numa explosão de imagens veiculadas através das mais diversificadas linguagens – desenhos, aquarelas, pinturas, gravuras, esculturas, fotografias -, independente do maior ou menor mérito artístico e das abordagens enviesadas, muito registraram da sociedade brasileira e de como a mulher negra dela participava naqueles tempos. (SHUMAHER & BRAZIL, 2007, p 31).

Essa liberdade para a entrada de artistas no século XIX, não foi possível no século XVIII, provavelmente devido ao rigoroso controle que a Coroa portuguesa passou a exercer sobre a presença de estrangeiros na colônia, especialmente a partir da descoberta das minas de ouro e diamantes nas Minas Gerais. Entretanto, conforme SHUMAHER & BRAZIL, alguns fugiram a esse controle rigoroso:

Por volta de 1776, as circunstâncias do cargo permitiram que o militar de Turim, Carlos Julião (1740-1811), capitão italiano a serviço de Portugal, transitasse livremente por Minas Gerais, Bahia e rio de janeiro. Dotado de algum mérito artístico, deixou em seus conhecidos *figurinhos* um pequeno, mas interessante repertório de imagens que retratam mulheres negras. (2007, p.31).

Neste mesmo volume, ***História das Cavernas ao terceiro milênio***, na página 87, encontra-se uma imagem de Carlos Julião, segunda metade do século XVIII. A obra tem como tema o status da aristocracia colonial. Escravos bem trajados carregam uma cadeirinha e as mucamas em cortejos também ricamente trajadas, indicando a alta posição social da mulher representada. O uso dessa imagem e reflexão como fonte didática, colocando escravos e escravas numa forma diferenciada daquelas encontradas nos livros didáticos, constitui-se numa importante fonte de informação, diferente daquelas que mostram os escravos sendo açoitados e submissos aos maus tratos e a escravidão. A obra mostra que muitas famílias aristocráticas demonstravam sua riqueza e poder diante da sociedade, permitindo que seus escravos usassem trajes mais sofisticados. Na página 260, encontra-se uma obra do pintor Modesto Brocos, cujo tema é a Redenção de Cam (1895), que representa uma família que a cada geração está mais branca. No século XIX, difundiu-se no Brasil a idéia da necessidade de “branqueamento” da sociedade, que significava apagar os traços negros da população brasileira. A historiadora SHUMAHHER fez uma análise da obra onde relata:

O preconceito racial no Brasil também foi escancaradamente expresso em certas pinturas acadêmicas do século XIX, sendo o exemplo mais eloqüente a tela A redenção de Cam (...). Nela aparece retratada uma senhora negra que levanta as mãos aos céus em sinal de gratidão e reconhecimento pela graça proporcionada pela divina bondade. Seu neto foi redimido, embranqueceu, pois sua filha, já miscigenada, casou-se com um homem branco. (2007, p.35).

Explorar as imagens como linguagem visual contidas nos livros didáticos, como metodologias pedagógicas é uma necessidade emergente que, certamente, quando bem utilizadas, darão bons resultados no processo de ensino aprendizagem. Entretanto, devem-se tomar os devidos

cuidados para que o uso dessas imagens proporcione a formação ética e intelectual, influenciando uma formação de opiniões que zelem pela construção de sociedade mais justa e fraterna, onde todos possam ser respeitados pelo que foram, pelo que são e pelo que irão ser.

CONCLUSÃO

Através das inúmeras fontes consultadas para a elaboração desse artigo, constatou-se que ainda há muito por fazer para construir uma educação que proporcione a todos os educandos o direito de se sentirem sujeitos da história. Para que a Lei nº 10639/03 se concretize é necessário que os profissionais da educação recebam formação acadêmica sobre a temática e que os livros didáticos passem por uma reformulação nos conteúdos escritos e imagéticos. Deve-se, pois, tomar devidos cuidados para que o ensino de história possibilite uma reflexão crítica, sem menosprezar o conhecimento acumulado no passado, mas dando possibilidades para os elementos que foram excluídos da história possam ter o direito de se conhecer e deixar-se conhecer.

REFERÊNCIAS

BONINI, Altair; et al. **História: Ensino Médio**. Seed-PR, 2006.

BITTENCOURT, Circe (org); et al. **O saber histórico na sala de aula**. Livros didáticos entre textos e imagens. 9º ed. Ed: Contexto. São Paulo, 2004.

BURKE, Peter (org). **A escrita da história: novas perspectivas**. LOPES, Magda. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

CAMPOS, Raimundo. **Debret: Cenas de uma sociedade escravista**. São Paulo: atual, 2001.

DEL, Priore Mary. **História das mulheres no Brasil** (org). 3º ed. São Paulo: Contexto, 2000.

FLORENTINO, Manolo. **Vitimização do negro nos livros estimula preconceito, diz historiador.** BBC Brasil. Disponível em: <<http://diganaoerotizacaoinfantil.wordpress.com/2007/08/24/vitimizacao-do-negro-nos-livros-estimula-preconceito-diz-historiador/>>. Acesso em: 20 de agos. 2008.

FLORES, Élio Chaves. **Etnicidade e ensino de História: a matriz cultural africana.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v11n21/v11n21/v11n21a06.pdf>>. Acesso em: 31 de agos. 2008.

FREITAS, Bárbara. **O livro didático em questão.** São Paulo. Cortez, 1997.

GIACOMINI, Sonia Maria. **Mulher e Escrava. Uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil.** 1. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1988. v. 1. 95 p.

GONZALES, Leila. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: _____ Silva, Luiz Antonio, Movimentos Sociais, urbanos, memória étnico e outros estudos, Brasileira.. **Ciências Sociais Hoje.** ANPOCS. Cap. 3, item 1, 1983. p. 233 – 244.

GRIECO, Alfredo. **Atualizando Debret.** Disponível em: <http://publique.rdc.puc-rio.br/revistaalceu/media/alceu_n_1_alfredo.pdf>. Acesso em 4 de fev.2008.

MANDELA, Nelson. **Discursos de aceitação e conferência do Nobel.** SADER, Emir; MATTOS, Cláudia (orgs). Declarações de Paz em Tempos de Guerra, Rio de Janeiro, Bom Texto, 2003.

MATTOS, Hebe Maria (2003). **O ensino de história e a luta contra a discriminação racial no Brasil.** In: _____ ABREU, M; SOIHER, R. Ensino de História: Conceitos, temáticas e metodologias. Rio de Janeiro, Casa da Palavra Faperj, p. 27 – 136.

MOTA, Myriam Becho; BRAICK, Patrícia R. História das cavernas ao terceiro milênio: Da conquista da América ao século XIX. 1º ed. São Paulo: Moderna, 2005

MUNANGA, Kabengele (org). **Superando o racismo na escola.** 2º ed. Rev. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2003.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje.** São Paulo: Global, 2006.

NAINARDI, Diva. **Artigo: Mulheres Negras.** Disponível em: <<http://secom.mt.gov.br>>. Acesso em: 14 de agos. 2008.

OLIVEIRA, Alair Gregório de. O silenciamento do livro didático sobre a questão étnico-cultural na primeira etapa do Ensino fundamental. **Rev. Espaço Acadêmico**. n.º 40. ano IV. Set. 2004.

PANTOJA, Selma. **Conexões e identidade de gênero no caso Brasil e Angola, sécs. XVII-XIX**. Universidade de Brasília. UNB. Disponível em: <<http://www.casadasafricas.org.br/img/upload/415151.rtf>>. Acesso em: 29 jan. 2008.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **História e Cultura afro-brasileira e africana: educando para as relações étnico-raciais**. Cadernos Temáticos. Curitiba, 2006.

SANTOS, Sonia Regina. **Uma mulher negra e seu percurso em busca da própria identidade**. Disponível em: <<http://www.lab-edumagem.pro.br/jornal/artigos.asp?>>. Acesso em: 18 de nov. 2008.

SCHUMAHER, Shuma; BRAZIL, E.V., **Mulheres negras do Brasil**. Rio de Janeiro: Senac, 2007.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: _____ BURKE, Peter (org). **A Escrita da História: novas perspectivas**. LOPES, Magda. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

SILVA, Edemilson Suassuna da. **O passado que teima em ser o presente: Uma abordagem sobre o livro didático no trato da questão quilombola**. In: _____ MARCON, Frant; SOGBOSS, Hippolyte Brice (org). Estudos africanos, história e cultura afro. Brasileira: olhares sobre a Lei 10.639/03. São Cristóvão: Editora UFS, 2007.

SILVIA, Marilena. R.N. Tramas femininas no cotidiano da escravidão. **Labris: estudos feministas**. jan./jul. 2004. Disponível em: <<http://www.unb.br/ih/hist/gefe/labris5/textos/marilenabr.htm>>. Acesso em: 2 out. 2007.

SOIHET, Rachel. **História das mulheres e Relações de Gênero: algumas reflexões**. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/nerc/textos/text_33.pdf>. Acesso em: 16 de agos. 2008.